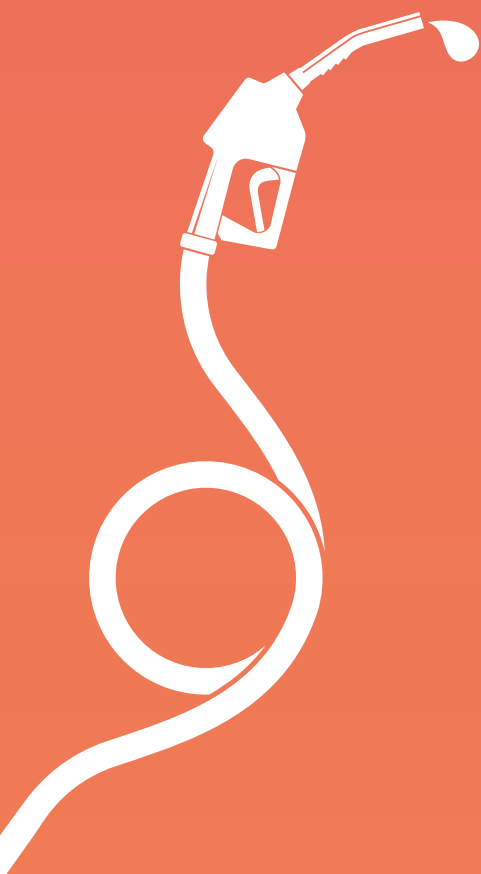




**Maurício Canêdo Pinheiro**

Professor associado da FCE/Uerj. Doutor em economia pela FGV EPGE



## **Royalties do petróleo e maldição dos recursos naturais nos municípios brasileiros**

Há evidências de que algumas economias ricas em recursos naturais apresentam pior desempenho econômico do que aquelas com poucos recursos. A possibilidade da ocorrência desse fenômeno – a chamada maldição dos recursos naturais – é amplamente documentada. Grande parte dessa literatura investiga a maldição dos recursos naturais em nível nacional e mostra que os recursos naturais não são necessariamente prejudiciais ao crescimento econômico. Para evitar a maldição, os países devem construir instituições para aproveitar ao máximo uma expansão dos recursos, ou seja, garantir que a receita gerada por sua exploração não seja desperdiçada (por meio de corrupção, por exemplo) ou consumida em sua maior parte (em vez de reinvestida).

No entanto, as evidências em nível nacional ocultam algumas características da ocorrência da maldição dos recursos naturais. Por exemplo, elas não permitem inves-

tigar os impactos locais da expansão dos recursos, que geralmente ocorrem com mais intensidade em determinadas regiões e não de forma homogênea em todo o país. Por esse motivo, existe uma literatura recente, mas em expansão, que investiga a maldição dos recursos em nível subnacional. A este respeito, escrevi (em coautoria com o professor Rubens Penha Cysne) um artigo que investiga a ocorrência da maldição dos recursos naturais associada ao recebimento de *royalties* do petróleo por municípios brasileiros. Damos ênfase à dimensão fiscal do fenômeno.

Nossos resultados indicam que a regulamentação dos *royalties* do petróleo, que limita o uso das receitas do petróleo no financiamento de despesas correntes, na média parece induzir os municípios a aumentarem sua poupança. Esses resultados complementam as conclusões de outros autores, que mostram que essas regras induzem os governos locais a investi-

rem esses recursos, em vez de alocá-los em gastos correntes.

Constatamos também que, em média, os gastos públicos com pessoal ativo respondem assimetricamente às variações dos *royalties* do petróleo. Eles aumentam quando os *royalties* do petróleo aumentam, mas não se ajustam quando os *royalties* diminuem. Além disso, o ajuste nas despesas de capital, particularmente no investimento público, é mais severo durante crises do petróleo. Em outras palavras, a dificuldade em reduzir os gastos com folha de pagamento durante crises do petróleo força os municípios a cortar o investimento público nessas ocasiões. Esses resultados são consistentes com as evidências existentes sobre o comportamento do orçamento público em países em desenvolvimento em períodos bons e ruins.

Em relação à folha de pagamento, a assimetria ocorre apenas nos gastos com pessoal ativo, não nos gastos com servidores públicos aposentados, como em alguns estados petrolíferos brasileiros. Atualmente, os gastos públicos com aposentados não são significativos na maioria dos municípios, mas sem dúvida aumentarão no futuro, assim como o custo de cortes de investimentos durante crises do petróleo.

No entanto, esses são comportamentos médios. O comportamento indesejável de consumir a maior parte das rendas do petróleo é mais forte entre os municípios com baixa poupança pública. Além disso, a maldição diz respeito principalmente à má gestão das despesas públicas

correntes (e não dos investimentos). Essas evidências confirmam, agora em nível local, os padrões encontrados quando observamos o comportamento dos países.

Essas descobertas, combinadas com a evidência de que os *royalties* não aumentam substancialmente a provisão de bens públicos nos municípios petrolíferos brasileiros, apontam para a ocorrência da maldição do petróleo em certa medida. Mas também confirmam que a maldição é evitável. Talvez o exemplo mais bem-sucedido seja a Noruega. E mesmo entre municípios e estados brasileiros, podemos identificar padrões diferentes. Rio de Janeiro e Espírito Santo são vizinhos e ambos estados abundantes em petróleo. Enquanto o Rio de Janeiro entrou em uma grave crise fiscal durante a última crise do petróleo, o Espírito Santo, não. A diferença está apenas na forma como os governos gerenciam essa abundância. ▣

Canêdo-Pinheiro, M., Cysne, R.P. (2025). *Fiscal behavior and natural resource curse: New evidence from Brazilian municipalities*. Disponível em: <https://go.fgv.br/mRSIMoWAMEK>.

Ver, por exemplo, Monteiro, J., Ferraz, C. *Does Oil Make leaders unaccountable? evidence from Brazil's offshore oil boom*. PUC-Rio. 2012. Disponível em: <https://go.fgv.br/gz84x62vmUH>.

Ver, por exemplo, Ardanáz, M.; Izquierdo, A. *Current expenditure upswings in good times and capital expenditures downswings in bad times? New evidence from developing countries*. IDB Working Paper Series, n. 838, 2017.

Ver, por exemplo, Atkinson, G.; Hamilton, K. *Savings, growth and the resource curse hypothesis*. *World Development*, v. 31, p. 1.793-1.807, 2003.

*Maurício Canêdo Pinheiro  
escreve a cada bimestre.*

